



Câmara Municipal de Tomar

**DELIBERAÇÃO**  
(415/PEDI/DGT/2025 - 459/EDIF/DGT/2025)

**ASSUNTO: LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade**

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Sandra Cardoso referente ao processo n.º 459/EDIF/DGT/2025, onde prossegue o Processo n.º 1582/2013, em que é requerente Álvaro Fernando Duarte Arraiolos, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da caducidade do licenciamento de obras de alteração e ampliação de habitação no lugar de Soianda, União das Freguesias de Casais e Alviobeira, nos termos e fundamentos das informações n.ºs 15904/2025 e 16631/2025 da Divisão de Gestão do Território.

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as referidas informações, deliberou declarar a caducidade do licenciamento, nos termos do n.º 2 do artigo 71.º do regime jurídico da urbanização e edificação, mandando promover a audiência prévia dos requerentes, pelo prazo de 15 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, se considera definitivamente declarada a caducidade para todos os efeitos previstos na legislação em vigor. Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**Tomar, 29 de dezembro de 2025**

**Seguimento:**

- DGT p/ os devidos efeitos

O Presidente da Câmara

  
Tiago Carrão

A Coordenadora Técnica

  
Avelina Leal

---

**DE**

Sandra Cardoso

**DESPACHO  
INTERNO**

---

**PARA**

Reunião de Câmara

À reunião de câmara para apreciação, propondo que delibere nos termos da informação prestada pelos serviços administrativos.

---

**NÚMERO**

5090/DGT/2025

---

**DATA**

2025-12-15

**A Vereadora  
Sandra Cardoso**

Informação nº 16631/DGT/2025, de 2025-11-22

---

**PROCESSO**

459/EDIF/DGT/2025

---

**CASO**

415/PEDI/DGT/2025

---

**ASSUNTO**

Prossegue o Processo Nº  
1582/2013 - Licenciamento para  
regularização de obras de  
ampliação e alteração de obras de  
habitação- Rua Principal, nº 70  
B- Soianda - Casais.

---

**DE**

Daniela Caires

---

**PARA**

José Carlos

---

**NÚMERO**

15904/DGT/2025

---

**DATA**

2025-11-12

---

**PROCESSO**

459/EDIF/DGT/2025

---

**CASO**

415/PEDI/DGT/2025

---

**ASSUNTO**

Prossegue o Processo N.º  
1582/2013 - Licenciamento para  
regularização de obras de  
ampliação e alteração de obras de  
habitação- Rua Principal, n.º 70  
B- Soianda - Casais.

## INFO' INTERNA

1. Pelo ofício n.º 3691/DOGT/2013 foi comunicado ao requerente que o pedido de regularização de obras de alteração e ampliação de uma habitação no lugar de Soianda - Casais (requerimento n.º 1985 de 26/08/2013) foi deferido.

2. Informo que decorrido o prazo de 12 meses após o deferimento do processo, não foram liquidadas as taxas devidas nem deu entrada o pedido de emissão de licença.

2.1 Os serviços de fiscalização deslocaram-se ao local e pela informação n.º 15821/DGT/2025 de 11/11/2025 que se transcreve:

“Após deslocação ao local na presente data, verifica-se que aparentemente a única alteração na edificação desde a última informação prestada por estes serviços, é a alteração da cor, conforme fotos que junto em anexo. Eis o que me cumpre informar.”

3. Face ao exposto e nos termos do número 2 do Artigo 71.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, na sua atual redação, poder-se-á propor ao Executivo Camarário (órgão competente) que seja declarada a caducidade do licenciamento, com audiência prévia do interessado pelo prazo de 15 dias (úteis), nos termos do Código do Procedimento Administrativo.

3.1 Mais se poderá propor deliberar que na ausência de pronúncia do interessado, no prazo concedido para a audiência prévia, considera-se definitivamente declarada a caducidade do ato de licenciamento para todos os efeitos previstos na legislação em vigor.

3.2 Mais se informa que deverá ser comunicado ao requerente que poderá requerer nova licença, podendo ser aproveitados no novo processo os elementos que instruíram o anterior, se o novo requerimento for apresentado no prazo de 18 meses a contar da data de caducidade, ou se este prazo estiver esgotado, não existirem alterações de facto e de direito que justifiquem nova apresentação, nos termos do artigo 72.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.

À consideração superior,

Nota: O processo antecedente em suporte de papel encontra-se nos SA.

**Daniela Caires**

Informação nº 15821/DGT/2025, de 2025-11-11

---

**DE**

José Carlos

---

**PARA**

Sandra Cardoso

---

**NÚMERO**

16631/DGT/2025

---

**DATA**

2025-11-22

---

**PROCESSO**

459/EDIF/DGT/2025

---

**CASO**

415/PEDI/DGT/2025

---

**ASSUNTO**

Prossegue o Processo Nº  
1582/2013 - Licenciamento para  
regularização de obras de  
ampliação e alteração de obras de  
habitação- Rua Principal, nº 70  
B- Soianda - Casais.

## INFO' INTERNA

Julga-se de submeter ao executivo camarário a proposta de caducidade do licenciamento a que o presente processo se refere, em conformidade com o estipulado no ponto 2 do Artigo 71º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, por se verificar que decorrido o prazo de 12 meses após o deferimento do mesmo, não foram liquidadas as taxas devidas nem deu entrada o pedido de emissão de licença, com audição prévia aos interessados, promovendo-se e transmitindo-se, em conformidade com o proposto na informação prestada pelos SA.

À consideração superior.

**O chefe de divisão**  
**José Carlos**

Informação nº 15904/DGT/2025, de 2025-11-12



Câmara Municipal de Tomar

**DELIBERAÇÃO**  
(227/EALV/DGT/2020 - 341/EDIF/DGT/2017)

**ASSUNTO: LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade**

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Sandra Cardoso referente ao processo n.º 341/EDIF/DGT/2017, em que é requerente Filipe Gonçalo Lopes da Silva, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da caducidade do licenciamento para alteração e ampliação de habitação, no lugar de Corujo, União das Freguesias de Madalena e Beselga, nos termos e fundamentos das informações n.ºs 13047/2025 e 13091/2025 da Divisão de Gestão do Território.

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as referidas informações, deliberou declarar a caducidade do licenciamento, nos termos do n.º 3 do artigo 71.º do regime jurídico da urbanização e edificação, mandando promover a audiência prévia dos requerentes, pelo prazo de 15 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, se considera definitivamente declarada a caducidade para todos os efeitos previstos na legislação em vigor. Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**Tomar, 29 de dezembro de 2025**

**Seguimento:**

- DGT p/ os devidos efeitos

O Presidente da Câmara

  
Tiago Carrão

A Coordenadora Técnica

  
Avelina Leal

---

**DE**

Sandra Cardoso

**DESPACHO  
INTERNO**

---

**PARA**

Reunião de Câmara

À reunião de câmara para apreciação, propondo que delibere nos termos da informação técnica e dos serviços administrativos.

---

**NÚMERO**

5215/DGT/2025

**A Vereadora**  
**Sandra Cardoso**

---

**DATA**

2025-12-18

Informação nº 13091/DGT/2025, de 2025-09-24

---

**PROCESSO**

341/EDIF/DGT/2017

---

**CASO**

227/EALV/DGT/2020

---

**ASSUNTO**

Pedido de emissão de alvará de construção do processo nº 341/2017, em nome de Filipe Gonçalo Lopes da Silva

---

**DE**

Dora Ferreira

---

**PARA**

José Carlos

---

**NÚMERO**

13047/DGT/2025

---

**DATA**

2025-09-24

---

**PROCESSO**

341/EDIF/DGT/2017

---

**CASO**

227/EALV/DGT/2020

---

**ASSUNTO**

Pedido de emissão de alvará de construção do processo nº 341/2017, em nome de Filipe Gonçalo Lopes da Silva

## INFO' INTERNA

Relativamente ao presente caso, cumpre informar que:

1. Pelo despacho nº 3580/DGT/2019 de 09/10/2019 foi deferido o licenciamento do presente Processo, comunicado ao requerente pelo ofício 2020/DGT/2019 de 24/10/2019, do Caso #: 198147.

2. Para o processo foi emitida a licença nº 43 de 12/03/2021, com validade de 48 meses até 13/03/2025.

2.1 Os serviços de fiscalização deslocaram-se ao local e pela informação nº 5324/DGT/2025 confirmaram que:

- as obras não foram iniciadas no prazo de 48 meses a contar da data de emissão da licença.

3. Face ao exposto e nos termos do número 3 do Artigo 71º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, na sua atual redação, poder-se-á propor ao Executivo Camarário (órgão competente) que seja declarada a caducidade da licença, com audiência prévia do interessado pelo prazo de 15 dias (úteis).

3.1 Mais se poderá propor deliberar que na ausência de pronúncia do interessado, no prazo concedido para a audiência prévia, considera-se definitivamente declarada a caducidade da licença para todos os efeitos previstos na legislação em vigor.

3.2 Mais se informa que deverá ser comunicado ao requerente que poderá requerer nova licença, podendo ser aproveitados no novo processo os elementos que instruíram o anterior, se o novo requerimento for apresentado no prazo de 18 meses a contar da data de caducidade, ou se este prazo estiver esgotado, não existirem alterações de facto e de direito que justifiquem nova apresentação, nos termos do artigo 72º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.

À consideração superior,

**A assistente técnica**  
**Dora Ferreira**





---

**DE**

José Carlos

---

**PARA**

Filipa Fernandes

---

**NÚMERO**

13091/DGT/2025

---

**DATA**

2025-09-24

---

**PROCESSO**

341/EDIF/DGT/2017

---

**CASO**

227/EALV/DGT/2020

---

**ASSUNTO**

Pedido de emissão de alvará de construção do processo nº 341/2017, em nome de Filipe Gonçalo Lopes da Silva

## INFO' INTERNA

Julga-se de submeter ao executivo camarário a proposta de caducidade do licenciamento a que o presente processo se refere, com audição prévia aos interessados, promovendo-se em conformidade com o proposto na informação prestada pelos SA.

À consideração superior.

**O chefe de divisão**

**José Carlos**

Informação nº 13047/DGT/2025, de 2025-09-24



Câmara Municipal de Tomar

**DELIBERAÇÃO**  
(61/PGEN/DGT/2025 - 340/EDIF/DGT/2019)

**ASSUNTO: LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade**

Na sequência da deliberação tomada a 8 de agosto de 2022, referente ao processo n.º 340/EDIF/DGT/2019, em que é requerente José Joaquim Marques, foi presente proposta da Sra. Vereadora Sandra Cardoso submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da caducidade em definitivo do licenciamento de alterações efetuadas na habitação sita na rua Central, n.º 78, em Cabeças, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, nos termos e fundamentos da informação n.º 16925/2025 da Divisão de Gestão do Território.

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, homologando a referida informação, deliberou declarar em definitivo a caducidade do licenciamento.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**Tomar, 29 de dezembro de 2025**

**Seguimento:**

- DGT p/ os devidos efeitos

O Presidente da Câmara

  
Tiago Carrão

A Coordenadora Técnica

  
Avelina Leal

---

**DE**

Sandra Cardoso

**DESPACHO  
INTERNO**

---

**PARA**

Reunião de Câmara

À reunião de câmara para apreciação, propondo que delibere nos termos da informação técnica e dos serviços administrativos.

---

**NÚMERO**

5313/DGT/2025

---

**DATA**

2025-12-23

**A Vereadora  
Sandra Cardoso**

---

**PROCESSO**

340/EDIF/DGT/2019

Informação nº 16925/DGT/2025, de 2025-11-27

---

**CASO**

61/PGEN/DGT/2025

---

**ASSUNTO**

Licenciamento para legalização da alteração de habitação unifamiliar sito na Rua Central, nº 78 - Cabeças Tomar

---

**DE**

Inês Godinho

---

**PARA**

1492921195a3daebcea65e50503  
87488

---

**NÚMERO**

16718/DGT/2025

---

**DATA**

2025-11-24

---

**PROCESSO**

340/EDIF/DGT/2019

---

**CASO**

61/PGEN/DGT/2025

---

**ASSUNTO**

Licenciamento para legalização  
da alteração de habitação  
unifamiliar sito na Rua Central,  
nº 78 - Cabeças Tomar

## INFO' INTERNA

Através do ofício 2130, de 25.08.2022, do caso # 203726, foi o requerente notificado do teor da deliberação do executivo municipal datada de 08-08-2022, da caducidade do licenciamento, nos termos do nº 2 e 5 do artigo 71º, do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, com audição prévia de 15 (quinze) dias úteis, para se manifestar sobre o teor da mesma, de acordo com o disposto no código do procedimento administrativo, publicado no Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro.

Encontrando-se finalizado o caso acima mencionado, foi criado o presente caso para despacho.

Assim, até à presente data o requerente não procedeu ao levantamento da licença, nem apresentou qualquer elemento em sede de audição prévia.

No caso # 370014, encontra-se informação atualizada nº 16694, de 24.11.2025, dos serviços de fiscalização, sobre o processo que se transcreve:

" Para os devidos e convenientes efeitos, em deslocação ao local na presente data, conforme se verifica em fotos carregadas no caso, que analisado o processo nº 340/2019 as obras já se encontravam realizadas na edificação, sendo um processo de legalização"

Perante o exposto, salvo melhor opinião, deverá ser comunicado ao requerente que poderá requerer nova licença, podendo ser aproveitados no novo processo os elementos que instruíram o anterior, se o novo requerimento for apresentado no prazo de 18 meses a contar da data de caducidade, ou se este prazo estiver esgotado, não existirem alterações de facto e de direito que justifiquem nova apresentação, nos termos do artigo 72.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.

À consideração superior,

**A assistente técnica**  
**Inês Godinho**



---

**DE**

José Carlos

---

**PARA**

Sandra Cardoso

---

**NÚMERO**

16925/DGT/2025

---

**DATA**

2025-11-27

---

**PROCESSO**

340/EDIF/DGT/2019

---

**CASO**

61/PGEN/DGT/2025

---

**ASSUNTO**

Licenciamento para legalização da alteração de habitação unifamiliar sito na Rua Central, nº 78 - Cabeças Tomar

## INFO' INTERNA

1-No seguimento do informado pelos SA, verifica-se que, após comunicação em 25.08.2022, do teor da deliberação do executivo municipal datada de 08-08-2022, da caducidade do licenciamento, nos termos do nº 2 e 5 do artigo 71º, do Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, com audição prévia de 15 (quinze) dias úteis, para se manifestar sobre o teor da mesma, não houve até à presente data pronuncia por parte dos interessados.

2-No seguimento do referido no ponto anterior, será de se submeter ao executivo camarário a proposta, em conformidade coim o estipulado no ponto 6 do artigo 20º do RJUE na sua atual redação, de caducidade em definitivo do licenciamento inerente à operação urbanística a que o presente processo se refere,

3-Após deliberação deverá o processo voltar a estes serviços, de modo a notificar-se os interessados da necessidade de, conforme artigo 102º e 102ª-A do RJUE, regularizar as obras efetuadas sem o devido controlo prévio por parte da câmara.

À consideração superior.

**O chefe de divisão**  
**José Carlos**

Informação nº 16718/DGT/2025, de 2025-11-24



Câmara Municipal de Tomar

**DELIBERAÇÃO**  
(127/RJUE/DGT/2019 - 405/EDIF/DGT/2019)

**ASSUNTO: LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade**

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Sandra Cardoso referente ao processo n.º 405/EDIF/DGT/2019, em que são requerentes Simon Curtis e Helen Gunn Curtis, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da caducidade do licenciamento de obras de construção de muro confinante com a via pública, na Rua Principal, em Portelinhas, Freguesia de São Pedro de Tomar, nos termos e fundamentos das informações n.ºs 16183/2025 e 17578/2025 da Divisão de Gestão do Território.

No decorrer da reunião, foi apresentada oralmente pelo Sr. Presidente proposta de uniformização do prazo de quinze dias úteis para efeitos de audiência prévia dos requerentes relativamente aos atos de declaração de caducidade, sempre que a legislação não disponha em contrário.

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as referidas informações, deliberou declarar a caducidade do licenciamento, nos termos do n.º 6 do artigo 20.º do regime jurídico da urbanização e edificação, mandando promover a audiência prévia dos requerentes, pelo prazo de 15 dias úteis, conforme proposto, findo o qual, na ausência de pronúncia, se considera definitivamente declarada a caducidade para todos os efeitos previstos na legislação em vigor.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**Tomar, 29 de dezembro de 2025**

**Seguimento:**

- DGT p/ os devidos efeitos

O Presidente da Câmara

  
Tiago Carrão

A Coordenadora Técnica

  
Avelina Leal



---

**DE**

Sandra Cardoso

**DESPACHO  
INTERNO**

---

**PARA**

Reunião de Câmara

À reunião de câmara para apreciação, propondo que delibere nos termos da informação técnica e dos serviços administrativos.

---

**NÚMERO**

5316/DGT/2025

---

**DATA**

2025-12-23

**A Vereadora  
Sandra Cardoso**

---

**PROCESSO**

405/EDIF/DGT/2019

Informação nº 17578/DGT/2025, de 2025-12-13

---

**CASO**

127/RJUE/DGT/2019

---

**ASSUNTO**

Pedido de licenciamento de obras de construção de muro confinante com a via pública sito na Rua Principal, n.º 1 - Portelinhas - S. Pedro de Tomar.  
Requerente: Simon Curtis e Helen Gunn Curtis

---

**DE**

Inês Godinho

---

**PARA**

José Carlos

---

**NÚMERO**

16183/DGT/2025

---

**DATA**

2025-11-17

---

**PROCESSO**

405/EDIF/DGT/2019

---

**CASO**

127/RJUE/DGT/2019

---

**ASSUNTO**

Pedido de licenciamento de obras de construção de muro confinante com a via pública sito na Rua Principal, n.º 1 - Portelinhas - S. Pedro de Tomar.  
Requerente: Simon Curtis e Helen Gunn Curtis

## INFO' INTERNA

De acordo com o despacho nº 4481, de 15.11.2025, no presente caso que transcrevo: "...preparar informação de proposta de caducidade do licenciamento"

Informo que de acordo com a última informação da Arqtª Ana Pereira há a necessidade de legalização da obra dado que a obra foi já executada e concluída, e em desacordo com o projeto já aprovado, nomeadamente ao nível na colocação de uma porta de madeira e no material do portão também em madeira (indicava ser portão em ferro pintado a branco), conforme se verifica em fotografias anexas ao caso.

Assim, nos termos do número 6 do Artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, na sua atual redação, poder-se-á declarar a caducidade do licenciamento, com audiência prévia do interessado pelo prazo de 30 dias (úteis), nos termos do referido diploma, prazo decorrido o qual será proposta a caducidade do ato que aprovou o projeto de arquitetura e o arquivamento oficioso do processo de licenciamento, com audição prévia dos interessados de 15 dias, nos termos do art.º 20 do RJUE e CPA (Código de Procedimento Administrativo), bem como posteriormente a aplicação das medidas da tutela da legalidade urbanística no termos do Regime acima mencionado- Ordem de demolição.

À consideração superior

**A assistente técnica**  
**Inês Godinho**

---

**DE**

José Carlos

---

**PARA**

Sandra Cardoso

---

**NÚMERO**

17578/DGT/2025

---

**DATA**

2025-12-13

---

**PROCESSO**

405/EDIF/DGT/2019

---

**CASO**

127/RJUE/DGT/2019

---

**ASSUNTO**

Pedido de licenciamento de obras de construção de muro confinante com a via pública sito na Rua Principal, n.º 1 - Portelinhas - S. Pedro de Tomar.  
Requerente: Simon Curtis e Helen Gunn Curtis

## INFO' INTERNA

Julga-se de submeter ao executivo camarário a proposta de caducidade do licenciamento a que o presente processo se refere, em conformidade com o estipulado no número 6 do Artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, na sua atual redação, com audiência prévia do interessado pelo prazo de 30 dias (úteis), nos termos do referido diploma, prazo decorrido o qual será reconhecido em definitivo a caducidade atrás referida, promovendo-se em conformidade com o proposto na informação prestada pelos SA.

À consideração superior.

**O chefe de divisão**  
**José Carlos**

Informação nº 16183/DGT/2025, de 2025-11-17



Câmara Municipal de Tomar

**DELIBERAÇÃO**  
(252/JUEL/DGT/2021 - 292/EDIF/DGT/2020)

**ASSUNTO: LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade**

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Sandra Cardoso referente ao processo n.º 292/EDIF/DGT/2020, em que são requerentes Kelvin Ward e Iryna Ward, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da caducidade do licenciamento de obras de alteração e ampliação de habitação, alteração de muro e construção de uma piscina, em Juncais de Baixo, União das Freguesias de Madalena e Beselga, nos termos e fundamentos das informações n.ºs 13671/2025 e 13688/2025 da Divisão de Gestão do Território.


**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as referidas informações, deliberou declarar a caducidade do licenciamento, nos termos do n.º 2 do artigo 71.º do regime jurídico da urbanização e edificação, mandando promover a audiência prévia dos requerentes, pelo prazo de 15 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, se considera definitivamente declarada a caducidade para todos os efeitos previstos na legislação em vigor. Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**Tomar, 29 de dezembro de 2025**

**Seguimento:**

- DGT p/ os devidos efeitos

O Presidente da Câmara

  
Tiago Carrão

A Coordenadora Técnica

  
Avelina Leal

---

**DE**

Sandra Cardoso

**DESPACHO  
INTERNO**

---

**PARA**

Reunião de Câmara

À reunião de câmara para apreciação, propondo que delibere nos termos da informação técnica e dos serviços administrativos.

---

**NÚMERO**

5290/DGT/2025

**A Vereadora**  
**Sandra Cardoso**

---

**DATA**

2025-12-22

Informação nº 13688/DGT/2025, de 2025-10-03

---

**PROCESSO**

292/EDIF/DGT/2020

---

**CASO**

252/JUEL/DGT/2021

---

**ASSUNTO**

Pedido de junção dos projetos de especialidades [elétrico-fatura, gás, água, esgotos, pluviais, ITED-fatura, SCIE-ficha, acústico, estabilidade, térmico] do processo n.º 292/2020 relativo a habitação sita em Outeiro dos Cucos - Juncais de Baixo. REQ: Kelvin Ward e Iryna Ward

---

**DE**

Dora Ferreira

---

**PARA**

José Carlos

---

**NÚMERO**

13671/DGT/2025

---

**DATA**

2025-10-03

---

**PROCESSO**

292/EDIF/DGT/2020

---

**CASO**

252/JUEL/DGT/2021

---

**ASSUNTO**

Pedido de junção dos projetos de especialidades [elétrico-fatura, gás, água, esgotos, pluviais, ITED-fatura, SCIE-ficha, acústico, estabilidade, térmico] do processo n.º 292/2020 relativo a habitação sita em Outeiro dos Cucos - Juncais de Baixo. REQ: Kelvin Ward e Iryna Ward

## INFO' INTERNA

1. Pelo despacho nº 2012/DGT/2021 de 03/05/2021, foi deferido o licenciamento do presente processo, comunicado ao requerente pelo Ofício nº 1099/DGT/2021 de 11/05/2021.

2. Informo que decorrido o prazo de 12 meses após o deferimento do processo, não foram liquidadas as taxas devidas nem deu entrada o pedido de emissão de licença.

2.1 Os serviços de fiscalização deslocaram-se ao local e pela Informação nº 13426/DGT/2025, informam que a edificação não sofreu grandes alterações como estavam previstas nas peças gráficas.

Contudo, verifica-se que foram executadas alterações na edificação (vãos luz), construção de uma piscina e muro com bolsa de estacionamento.

3. Face ao exposto e nos termos do número 2 do Artigo 71º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, na sua atual redação, poder-se-á propor ao Executivo Camarário (órgão competente) que seja declarada a caducidade do licenciamento, com audiência prévia do interessado pelo prazo de 15 dias (úteis).

3.1 Mais se poderá propor deliberar que na ausência de pronúncia do interessado, no prazo concedido para a audiência prévia, considera-se definitivamente declarada a caducidade do ato de licenciamento para todos os efeitos previstos na legislação em vigor.

3.2 Mais se informa que deverá ser comunicado ao requerente que poderá requerer nova licença, podendo ser aproveitados no novo processo os elementos que instruíram o anterior, se o novo requerimento for apresentado no prazo de 18 meses a contar da data de caducidade, ou se este prazo estiver esgotado, não existirem alterações de facto e de direito que justifiquem nova apresentação, nos termos do artigo 72.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.

À consideração superior,

**A assistente técnica**  
**Dora Ferreira**

Informação nº 13426/DGT/2025, de 2025-09-30



---

**DE**

José Carlos

---

**PARA**

Filipa Fernandes

---

**NÚMERO**

13688/DGT/2025

---

**DATA**

2025-10-03

---

**PROCESSO**

292/EDIF/DGT/2020

---

**CASO**

252/JUEL/DGT/2021

---

**ASSUNTO**

Pedido de junção dos projetos de especialidades [elétrico-fatura, gás, água, esgotos, pluviais, ITED-fatura, SCIE-ficha, acústico, estabilidade, térmico] do processo n.º 292/2020 relativo a habitação sita em Outeiro dos Cucos - Juncais de Baixo. REQ: Kelvin Ward e Iryna Ward

## INFO' INTERNA

Julga-se de submeter ao executivo camarário a proposta de caducidade do licenciamento a que o presente processo se refere, com audição prévia aos interessados, promovendo-se em conformidade com o proposto na informação prestada pelos SA.

À consideração superior.

**O chefe de divisão**

**José Carlos**

Informação n.º 13671/DGT/2025, de 2025-10-03





Câmara Municipal de Tomar

**DELIBERAÇÃO**  
(130/JUEL/DGT/2022 - 144/EDIF/DGT/2021)

**ASSUNTO: LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade**

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Sandra Cardoso referente ao processo n.º 144/EDIF/DGT/2021, em que é requerente Sellium Pharma, Unipessoal, Limitada, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da caducidade do licenciamento para demolição de habitação e anexos, e construção de habitação unifamiliar, anexo, muro de vedação e piscina, na Rua das Mimosas, em Palhavã de Baixo, União das Freguesias de Tomar (São João Baptista) e Santa Maria dos Olivais, nos termos e fundamentos das informações n.ºs 16705/2025 e 16733/2025 da Divisão de Gestão do Território.

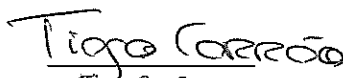
**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as referidas informações, deliberou declarar a caducidade do licenciamento, nos termos do n.º 2 do artigo 71.º do regime jurídico da urbanização e edificação, mandando promover a audiência prévia dos requerentes, pelo prazo de 15 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, se considera definitivamente declarada a caducidade para todos os efeitos previstos na legislação em vigor. Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**Tomar, 29 de dezembro de 2025**

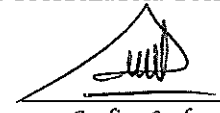
**Seguimento:**

- DGT p/ os devidos efeitos

O Presidente da Câmara

  
Tiago Carrão

A Coordenadora Técnica

  
Avelina Leal

---

**DE**

Sandra Cardoso

**DESPACHO  
INTERNO**

---

**PARA**

Reunião de Câmara

À reunião de câmara para apreciação, propondo que delibere nos termos da informação dos serviços administrativos.

---

**NÚMERO**

5081/DGT/2025

**A Vereadora**  
**Sandra Cardoso**

---

**DATA**

2025-12-15

Informação nº 16733/DGT/2025, de 2025-11-24

---

**PROCESSO**

144/EDIF/DGT/2021

---

**CASO**

130/JUEL/DGT/2022

---

**ASSUNTO**

Licenciamento de demolição de moradia unif. e anexos e, construção de moradia unif, anexo, muro de vedação e piscina sitos em rua das Mimosas, 21 - Palhavã de Baixo - União das Freguesias de Tomar, em nome Sellium Pharma, Lda- Anexa elementos em resposta ao ofício nº 240/DGT/2022

---

**DE**

Dora Ferreira

---

**PARA**

José Carlos

---

**NÚMERO**

16705/DGT/2025

---

**DATA**

2025-11-24

---

**PROCESSO**

144/EDIF/DGT/2021

---

**CASO**

130/JUEL/DGT/2022

---

**ASSUNTO**

Licenciamento de demolição de moradia unif. e anexos e, construção de moradia unif, anexo, muro de vedação e piscina sites em rua das Mimosas, 21 - Palhavã de Baixo - União das Freguesias de Tomar, em nome Sellium Pharma, Lda- Anexa elementos em resposta ao ofício nº 240/DGT/2022

## **INFO' INTERNA**

1. Pelo despacho 2212/DGT/2022 de 18/05/2022 foi deferido o licenciamento do presente processo, comunicado ao requerente pelo ofício nº 2249/DGT/2022 de 23/05/2022.

2. Informo que decorrido o prazo de 12 meses após o deferimento do processo, não foram liquidadas as taxas devidas nem deu entrada o pedido de emissão de licença.

2.1 Os serviços de fiscalização deslocaram-se ao local e pela informação nº 16679/DGT/2025 confirmaram não ter sido iniciada a obra.

3. Face ao exposto e nos termos do número 2 do Artigo 71º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, na sua atual redação, poder-se-á propor ao Executivo Camarário (órgão competente) que seja declarada a caducidade do licenciamento, com audiência prévia do interessado pelo prazo de 15 dias (úteis).

3.1 Mais se poderá propor deliberar que na ausência de pronúncia do interessado, no prazo concedido para a audiência prévia, considera-se definitivamente declarada a caducidade do ato de licenciamento para todos os efeitos previstos na legislação em vigor.

3.2 Mais se informa que deverá ser comunicado ao requerente que poderá requerer nova licença, podendo ser aproveitados no novo processo os elementos que instruíram o anterior, se o novo requerimento for apresentado no prazo de 18 meses a contar da data de caducidade, ou se este prazo estiver esgotado, não existirem alterações de facto e de direito que justifiquem nova apresentação, nos termos do artigo 72.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.

À consideração superior,

**A assistente técnica**  
**Dora Ferreira**

Informação nº 16679/DGT/2025, de 2025-11-24



---

**DE**

José Carlos

---

**PARA**

Sandra Cardoso

---

**NÚMERO**

16733/DGT/2025

---

**DATA**

2025-11-24

---

**PROCESSO**

144/EDIF/DGT/2021

---

**CASO**

130/JUEL/DGT/2022

---

**ASSUNTO**

Licenciamento de demolição de moradia unif. e anexos e, construção de moradia unif, anexo, muro de vedação e piscina sitos em rua das Mimosas, 21 - Palhavã de Baixo - União das Freguesias de Tomar, em nome Sellium Pharma, Lda- Anexa elementos em resposta ao ofício nº 240/DGT/2022

## INFO' INTERNA

Julga-se de submeter ao executivo camarário a proposta de caducidade do licenciamento a que o presente processo se refere, em conformidade com o estipulado no ponto 2 do Artigo 71º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, por se verificar que decorrido o prazo de 12 meses após o deferimento do mesmo, não foram liquidadas as taxas devidas nem deu entrada o pedido de emissão de licença, com audição prévia aos interessados, promovendo-se e transmitindo-se, em conformidade com o proposto na informação prestada pelos SA.

À consideração superior.

**O chefe de divisão**

**José Carlos**

Informação nº 16705/DGT/2025, de 2025-11-24



Câmara Municipal de Tomar

**DELIBERAÇÃO**  
(333/JUEL/DGT/2021 - 153/EDIF/DGT/2021)

**ASSUNTO: LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade**

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Sandra Cardoso referente ao processo n.º 153/EDIF/DGT/2021, em que é requerente João Pedro Ferreira Nunes, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da caducidade do licenciamento para ampliação de edificação destinada a habitação, localizada no gaveto das Ruas Ribeiro Marmeleiro e da Estrada do Chão das Maias, em Chão das Maias, União das Freguesias de Serra e Junceira, nos termos e fundamentos das informações n.ºs 14218/2025 e 14240/2025 da Divisão de Gestão do Território.

No decorrer da reunião, foi apresentada oralmente pelo Sr. Presidente proposta de uniformização do prazo de quinze dias úteis para efeitos de audiência prévia dos requerentes relativamente aos atos de declaração de caducidade, sempre que a legislação não disponha em contrário.

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as referidas informações, deliberou declarar a caducidade do licenciamento, nos termos do n.º 6 do artigo 20.º do regime jurídico da urbanização e edificação, mandando promover a audiência prévia dos requerentes, pelo prazo de 15 dias úteis, conforme proposto.

Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**Tomar, 29 de dezembro de 2025**

**Seguimento:**

- DGT p/ os devidos efeitos

O Presidente da Câmara

  
Tiago Carrão

A Coordenadora Técnica

  
Avelina Leal

---

**DE**

Sandra Cardoso

**DESPACHO  
INTERNO**

---

**PARA**

Reunião de Câmara

À reunião de câmara para apreciação, propondo que delibere nos termos da informação técnica e dos serviços administrativos.

---

**NÚMERO**

5258/DGT/2025

**A Vereadora**  
**Sandra Cardoso**

---

**DATA**

2025-12-19

Informação nº 14240/DGT/2025, de 2025-10-15

---

**PROCESSO**

153/EDIF/DGT/2021

---

**CASO**

333/JUEL/DGT/2021

---

**ASSUNTO**

Pedido de junção de elementos  
(CPR e planta rede águas da Tejo  
Ambiente) conforme solicitado  
no n/ mail relativos ao processo  
n.º 153/2021 - Chão das Maias.  
REQ: João Pedro Ferreira Nunes

---

**DE**

Filomena Alves

---

**PARA**

José Carlos

---

**NÚMERO**

14218/DGT/2025

---

**DATA**

2025-10-15

---

**PROCESSO**

153/EDIF/DGT/2021

---

**CASO**

333/JUEL/DGT/2021

---

**ASSUNTO**

Pedido de junção de elementos (CPR e planta rede águas da Tejo Ambiente) conforme solicitado no n/ mail relativos ao processo n.º 153/2021 - Chão das Maias. REQ: João Pedro Ferreira Nunes

## INFO' INTERNA

1. Pelo despacho nº 3723/DGT/2024 de 03 de setembro, foi aprovado o projeto de arquitetura do Processo em análise, comunicado ao requerente pelo ofício 1777/DGT/2024 de 05 de setembro do caso com ID #236943.

2. Informo que decorrido o prazo de 6 meses após a aprovação da arquitetura, bem como decorrida a suspensão do processo de licenciamento pelo período máximo de seis meses, não deram entrada os projetos de especialidades.

3. Face ao exposto e nos termos do número 6 do Artigo 20.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, na sua atual redação, poder-se-á declarar a caducidade do licenciamento, com audiência prévia do interessado pelo prazo de 30 dias (úteis), nos termos do referido diploma.

À consideração superior,

**A assistente técnica**  
**Filomena Alves**

Documentos Anexados:

Informação nº 13023/DGT/2024, de 2024-09-06



---

**DE**

José Carlos

---

**PARA**

Hugo Cristóvão

---

**NÚMERO**

14240/DGT/2025

---

**DATA**

2025-10-15

---

**PROCESSO**

153/EDIF/DGT/2021

---

**CASO**

333/JUEL/DGT/2021

---

**ASSUNTO**

Pedido de junção de elementos  
(CPR e planta rede águas da Tejo  
Ambiente) conforme solicitado  
no n/ mail relativos ao processo  
n.º 153/2021 - Chão das Maias.  
REQ: João Pedro Ferreira Nunes

## INFO' INTERNA

Atento ao teor da informação prestada pelos SA, resultará a caducidade do licenciamento a que o presente processo se refere, pelo que se julga de promover e transmitir, com audição prévia aos interessados, em conformidade com o proposto.

À consideração superior.

**O chefe de divisão**

**José Carlos**

Informação n.º 14218/DGT/2025, de 2025-10-15



Câmara Municipal de Tomar

**DELIBERAÇÃO**  
(68/PROR/DGT/2025 - 402/EDIF/DGT/2021)

**ASSUNTO: LICENCIAMENTO DE CONSTRUÇÕES – Declaração de Caducidade**

Foi presente proposta da Sra. Vereadora Sandra Cardoso referente ao processo n.º 402/EDIF/DGT/2021, em que é requerente Virgílio Fernandes, submetendo a aprovação do Executivo Municipal a declaração da caducidade do licenciamento de obras de reconstrução e ampliação de habitação unifamiliar e alteração de muro de vedação confinante com a via pública, em Portela da Légua, União das Freguesias de Casais e Alviobeira, nos termos e fundamentos das informações n.ºs 11833/2025 e 11845/2025 da Divisão de Gestão do Território.

**Deliberação tomada em minuta:** A Câmara, tudo visto e analisado, homologando as referidas informações, deliberou declarar a caducidade do licenciamento, nos termos do n.º 3 do artigo 71.º do regime jurídico da urbanização e edificação, mandando promover a audiência prévia dos requerentes, pelo prazo de 15 dias úteis, findo o qual, na ausência de pronúncia, se considera definitivamente declarada a caducidade para todos os efeitos previstos na legislação em vigor. Esta deliberação foi tomada por unanimidade.

**Tomar, 29 de dezembro de 2025**

**Seguimento:**

- DGT p/ os devidos efeitos

O Presidente da Câmara

  
Tiago Carrão

A Coordenadora Técnica

  
Avelina Leal

---

**DE**

Sandra Cardoso

**DESPACHO  
INTERNO**

---

**PARA**

Reunião de Câmara

À reunião de câmara para apreciação, propondo que delibere nos termos da informação técnica e dos serviços administrativos.

---

**NÚMERO**

5252/DGT/2025

---

**DATA**

2025-12-19

**A Vereadora**

**Sandra Cardoso**

---

**PROCESSO**

402/EDIF/DGT/2021

Informação nº 11845/DGT/2025, de 2025-09-04

---

**CASO**

68/PROR/DGT/2025

---

**ASSUNTO**

Licenciamento de obras de construção de moradia unifamiliar sita na Portela da Légua - Casais/Alviobeira. REQ: Virgílio Fernandes-Pedido de prorrogação de prazo a licença por mais 6 meses

---

**DE**

Dora Ferreira

---

**PARA**

José Carlos

---

**NÚMERO**

11833/DGT/2025

---

**DATA**

2025-09-03

---

**PROCESSO**

402/EDIF/DGT/2021

---

**CASO**

68/PROR/DGT/2025

---

**ASSUNTO**

Licenciamento de obras de construção de moradia unifamiliar sita na Portela da Légua - Casais/Alviobeira. REQ: Virgílio Fernandes-Pedido de prorrogação de prazo a licença por mais 6 meses

## INFO' INTERNA

Relativamente ao presente caso, cumpre informar que:

1. Pelo despacho nº 1324/DGT/2022 de 14/03/2022 foi deferido o licenciamento do presente processo, comunicado ao requerente pelo Ofício nº 927/DGT/2022 de 05/04/2022, do Caso #: 254784.

2. Para o processo foi emitida a licença nº 95 de 23/05/2024, com validade de 12 meses até 26/05/2025.

2.1 Os serviços de fiscalização deslocaram-se ao local e pela informação nº 8170/DGT/2025 confirmaram que:

- as obras não foram iniciadas no prazo de 12 meses a contar da data de emissão da licença, tendo sido apenas feita a limpeza do terreno.

3. Face ao exposto e nos termos do número 3 do Artigo 71º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, na sua atual redação, poder-se-á propor ao Executivo Camarário (órgão competente) que seja declarada a caducidade da licença, com audiência prévia do interessado pelo prazo de 15 dias (úteis).

3.1 Mais se poderá propor deliberar que na ausência de pronúncia do interessado, no prazo concedido para a audiência prévia, considera-se definitivamente declarada a caducidade da licença para todos os efeitos previstos na legislação em vigor.

3.2 Mais se informa que deverá ser comunicado ao requerente que poderá requerer nova licença, podendo ser aproveitados no novo processo os elementos que instruíram o anterior, se o novo requerimento for apresentado no prazo de 18 meses a contar da data de caducidade, ou se este prazo estiver esgotado, não existirem alterações de facto e de direito que justifiquem nova apresentação, nos termos do artigo 72º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação.

À consideração superior,

**A assistente técnica**  
**Dora Ferreira**

Despacho nº 2409/DGT/2025, de 2025-06-12



---

**DE**

José Carlos

---

**PARA**

Filipa Fernandes

---

**NÚMERO**

11845/DGT/2025

---

**DATA**

2025-09-04

---

**PROCESSO**

402/EDIF/DGT/2021

---

**CASO**

68/PROR/DGT/2025

---

**ASSUNTO**

Licenciamento de obras de construção de moradia unifamiliar sita na Portela da Légua - Casais/Alviobeira. REQ: Virgílio Fernandes-Pedido de prorrogação de prazo a licença por mais 6 meses

## INFO' INTERNA

Julga-se de submeter ao executivo camarário a proposta de caducidade do licenciamento a que o presente processo se refere, com audição previa aos interessados, promovendo-se em conformidade com o proposto na informação prestada pelos SA.

À consideração superior.

**O chefe de divisão**

**José Carlos**

Informação nº 11833/DGT/2025, de 2025-09-03